



Revista Diálogo Educacional

ISSN: 1518-3483

dialogo.educacional@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Brasil

Dudeque Pianovski Vieira, Alboni Marisa
A formação continuada de professores na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: implantação,
consolidação e expansão
Revista Diálogo Educacional, vol. 12, núm. 36, mayo-agosto, 2012, pp. 407-425
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189123663006>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto



A formação continuada de professores na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: implantação, consolidação e expansão

*Continuous education of teachers in the Municipal
Educational System of Curitiba: deployment,
consolidation and expansion*

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Doutora em Educação, professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba,
PR - Brasil, e-mail: alboni.vieira@pucpr.br

Resumo

Trata-se de estudo realizado com o objetivo de analisar as experiências do Município de Curitiba com a formação continuada de professores, a partir de 1963. Instalados os Centros Comunitários em Curitiba, com uma proposta de educação comunitária, deu-se início a um trabalho que, ao longo das décadas seguintes, iria se desenvolver de forma gradual, até sua efetiva consolidação, em meados de 1980, com a revisão da estrutura

administrativa do Município, para nela se inserir a Divisão de Treinamento Pedagógico. Definida uma política educacional de formação docente, foi possível um trabalho abrangente, com ações que adequavam a formação dos professores às dificuldades por eles manifestadas em seu trabalho com a educação da população. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, foi realizada com apoio nas reflexões de Neves (1988), Costa (2007) e Vieira (2010), fundamentando-se nos documentos disponíveis no Arquivo da Secretaria Municipal de Educação. Como resultado, foi possível delinear a trajetória da formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba em seu movimento de implantação, consolidação e expansão.

Palavras-chave: Formação continuada docente. Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Implantação, consolidação e expansão.

Abstract

This study aims to analyze the experiences of the city of Curitiba on teachers' continuous education since 1963. When Community Centers were installed in Curitiba, with a proposal of community education a work begun that, along the following decades, would develop gradually, until their actual consolidation in mid-1980, with the revision of the administrative structure of the Municipality to therein insert the Pedagogical Training Division. Once defined a set of teacher education policies, a comprehensive work was made possible, with actions that were adequating the teacher education to the difficulties mentioned by them from their work with the education of the population. The research, with bibliographic and documental nature, was carried out with support on the reflections of Neves (1988), Costa (2007) and Vieira (2010), being based on the documents available in the Archive of the Municipal Department of Education. As a result, it was possible to delineate the trajectory of the teachers' continuous education for teachers of the Municipal School of Curitiba in their deployment, consolidation and expansion movement.

Keywords: Teachers' continuous education. Municipal teaching of Curitiba. Deployment, consolidation and expansion.

Introdução

Em 1955, com a criação da Secção de Educação, no Departamento de Educação, Cultura e Turismo, pela Lei n. 1.127, de 02 de agosto, em seu artigo. 3º, IV, E, 1, c, a Prefeitura Municipal de Curitiba começou a “assumir oficialmente a responsabilidade no setor educacional” (NEVES et al., 1988, p. 6). Como essa lei não chegou a ser regulamentada, porém, ao novo Departamento restou a finalidade exclusiva de pesquisar, nos bairros de Curitiba, a possibilidade de construção de grupos escolares (CURITIBA, 1969a, p. 2). De acordo com Costa (2007, p. 7), pode-se considerar a realização desse trabalho como o início da atuação da Prefeitura de Curitiba no âmbito educacional. O resultado da pesquisa nos bairros gerou o aumento do número de escolas públicas na cidade, sem que se pudesse falar, ainda, de uma “rede municipal”, dada a subordinação dessas escolas ao Estado.

Verifica-se, dos dados compulsados, que o sistema municipal de ensino passou a ser delineado na gestão do Prefeito Ivo Arzua Pereira (1962-1967), e, em 1963, a partir da construção do Centro Experimental Papa João XXIII, nas imediações do bairro do Portão, o Município começou a atuar, efetivamente, na área pedagógica.

Nos anos que se seguiram, diferentes tendências educacionais, decorrentes da implantação de sucessivos Planos Educacionais, foram adotadas. Cada um desses planos repercutiu, a seu modo, no tratamento dado à formação docente, com a perspectiva de se contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Com base em Garcia (1995, p. 137), considera-se a formação continuada, para os efeitos deste estudo, como o “desenvolvimento profissional de professores”, que valoriza “o caráter contextual, organizacional e orientado para a mudança”, superando a justaposição entre formação inicial e aperfeiçoamento dos professores.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar as experiências do Município de Curitiba com a formação continuada de professores, desde seu início, em 1963, até sua efetiva consolidação, nos anos de 1980,

relacionando-as à expansão da educação e às propostas metodológicas originadas dos diversos Planos. Nesse período, o Município foi marcado por profundas transformações que ocorreram na sociedade e no Estado brasileiro, o que possibilita comparar diferentes momentos e políticas educacionais.

A razão para se aprofundarem os estudos sobre a história recente da educação no Município está alicerçada nas concepções historiográficas surgidas no século XX, com a proposta de novas temáticas e fontes, e se justifica pela necessidade de se explicitar o papel destinado à formação continuada de professores, no contexto em que era desenvolvida.

Metodologia

Para se pesquisar um objeto, orienta Wachowicz (2001, p. 2), o melhor método é “começar pelo real, pelo concreto, ou o que mais concretamente represente a realidade”. Na hipótese concreta desta pesquisa, a expansão do ensino, a implantação dos Planos Educacionais e a formação continuada dos professores correspondem aos dados concretos e reais. A partir deles, buscou-se descobrir e compreender as determinações históricas que os acompanharam.

Segundo Thompson (1981), o historiador, ao trabalhar com a lógica histórica, não deve se ater à observação dos fatos isolados, mas sim a um conjunto de fatos com suas regularidades próprias; à repetição de certos tipos de acontecimentos; e à congruência de comportamentos em diferentes contextos. Dessa forma, será possível compreender a lógica comum do processo. A repetição de acontecimentos, indicativa de uma lógica comum, possibilita o trabalho com categorias que, de acordo com Cury, podem ser consideradas “conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações” (CURY, 2000, p. 21).

Nesta pesquisa, emanaram como categorias de conteúdo, a formação continuada de professores e as mudanças trazidas pelas propostas educacionais implantadas no período 1963-1985. Do método dialético, privilegiou-se a categoria da totalidade, que não significa abranger todos

os fatos, mas, como acentua Kosik (1995, p. 44), entender esses fatos “como partes estruturais do todo”.

Quanto à coleta de dados, a pesquisa se desenvolveu nos arquivos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e da Secretaria Municipal de Educação. Dessa forma, as fontes documentais, consideradas a “matéria-prima dos historiadores”, de acordo com Bacellar (2005, p. 25), forneceram os dados qualitativos que serviram de base para os estudos.

Análise

A formação de professores no período 1963-1975

Em 1963, o corpo docente que atuava na rede municipal era composto por professores que possuíam vinculação com o Estado do Paraná e com a Prefeitura Municipal de Curitiba. O número de docentes mantido pelo Estado era de 23, número que se ampliou para 29 em 1964, vindo a diminuir a partir de 1965, quando foi ampliado o número de docentes sob responsabilidade municipal (CURITIBA, 1966, p. 6). O decréscimo dos docentes vinculados ao Estado estava também relacionado ao Plano de Classificação de Cargos, aprovado pelo Decreto n. 1.140, de 31 de julho de 1965, que reclassificou os serviços, dispôs sobre promoções, progressão horizontal, readaptação e enquadramento dos funcionários municipais e, ainda, regulamentou as carreiras de Professor de Educação Física e de Professor Normalista. Com essa regulamentação, foi possível, em 1967, realizar concursos públicos para provimento de 10 vagas da Carreira de Professor de Educação Física e de 43 vagas da Carreira de Professor Normalista (CURITIBA, 1967).

A qualificação dos professores que atuavam no ensino pré-primário e no primário, no entanto, denotava acentuada carência. Excetuando-se os professores admitidos por concurso público, o percentual de professores capacitados era significativamente baixo.

Com a instalação dos Centros Comunitários, no modelo adotado para o Centro Experimental Papa João XXIII, o Município buscava ampliar seus programas sociais, sendo necessário atuar na capacitação docente para que os resultados obtidos superassem os problemas enfrentados pelas comunidades locais, tanto na área social quanto educacional. A proposta desenvolvida por esses Centros se consubstanciava na educação comunitária, com o objetivo de ministrar educação integral aos alunos e familiares e, também, de possibilitar a elevação do nível de renda da população local. Assim, passaram a ser adotadas fórmulas que estimulassem o professorado a se aperfeiçoar e a renovar periodicamente seus conhecimentos.

Nos documentos pesquisados, verificou-se que do concurso realizado para provimento de vagas na carreira de Professor Normalista, em 1967, de 108 aprovados, 45 foram nomeados naquele mesmo ano e 61 em 1968. Em novo concurso, realizado em 1969, a Diretoria de Educação destacava que “o maior problema e de solução mais complexa”, enfrentado pelos Centros Comunitários era o de pessoal (CURITIBA, 1969d, p. 2). Com efeito, as professoras com Curso Normal e superior não recebiam, em sua formação, os elementos que lhes garantissem uma atuação de qualidade na educação comunitária.

É o que se depreende do documento “Subsídios para o Planejamento da Rede Escolar de Curitiba”, datado de 1968, que, ao tratar da situação dos professores no Município, refere carências de diferentes níveis em relação ao ensino pré-primário, primário, educação de adultos e de excepcionais. Quanto ao ensino primário, afirma que:

Significativo fator que se apresenta como obstáculo a um melhor rendimento do sistema é, sem dúvida, a qualificação do Corpo Docente: não obstante o fato de que 76% dos professores, em média, possuírem ao menos o Curso Normal Colegial, há que considerar os 24% que estariam a exigir recuperação (CURITIBA, 1968, p. 3).

A formação continuada dos professores era, então, incipiente. Em 1968, as professoras primárias municipais frequentaram os cursos “Ensinando a redigir” e “Matemática Moderna” e, em 1969, “Estudos

Sociais” e “Xilogravura” (CURITIBA, 1969b, p. 4), demonstrando a preocupação da diretoria de Educação “pelo aperfeiçoamento geral de professores não se prendendo a cursos que visam apenas ao aperfeiçoamento curricular” (CURITIBA, 1969c, p. 3).

Em decorrência dessas dificuldades, ao serem traçadas as diretrizes para 1969, que culminaram na implantação do 1º Plano Educacional, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), inseriu-se, no resumo das propostas, a “valorização do magistério através do estabelecimento de níveis salariais compatíveis com a responsabilidade de suas funções” (CURITIBA, 1968, p. 6).

As futuras escolas que seriam instaladas, em face da necessidade de expansão do sistema, trariam um aumento de vagas, que passariam de 6.090 em 1969, para 8.330, em 1970. Em 1969, ainda, seriam construídas 87 salas de aula, das quais 72 em novas unidades e, em 1970, 119 salas, das quais 21 em novas unidades (CURITIBA, 1968), que teriam capacidade máxima de 10 salas de aula para 35 alunos cada, totalizando 700 alunos em dois turnos de funcionamento. A localização das novas escolas atenderia a fatores como densidade, área de influência, esquema viário e zoneamento da cidade.

Implantado o 1º Plano Educacional, já em 1969 “todas as professoras foram encarregadas de apresentar um plano de curso, individual, com relação à distribuição e dosagem do conteúdo programático”, com fundamentação nos aspectos filosóficos, sociológicos, pedagógicos, psicológicos, recursos da comunidade, da escola e do professor (CURITIBA, 1969c, p. 21). Com o objetivo de aprimorar o corpo docente para o cumprimento das novas exigências, a partir dessa data foram realizados encontros pedagógicos regulamentados. Foi no Grupo Escolar Vila Nossa Senhora da Luz, que contava com 1.450 alunos e 58 professores, que os encontros pedagógicos obtiveram melhor resultado. Sobre isso, o relatório da Diretoria de Educação alusivo ao primeiro semestre de 1969 menciona:

[...] pedagogicamente, é a escola municipal mais bem equipada e dirigida. A equipe de professores está bem entrosada com a administração

da Escola, o que vem facilitar o andamento do trabalho. O passo mais importante dado pela orientação da Escola foi a realização dos encontros pedagógicos que vieram suprir uma falta existente em nossas escolas (CURITIBA, 1969d, p. 2).

A partir de 1971, tendo em vista o aumento da demanda escolar que se verificava de modo especial em áreas urbanas periféricas, a Prefeitura Municipal de Curitiba adotou três diretrizes fundamentais em sua política educacional: expandir a rede escolar, construindo novas unidades em áreas mais carentes; diversificar o atendimento de acordo com as características e necessidades locais; e prestar outros serviços sociais às áreas servidas por escolas (CURITIBA, 1975a). Além disso, reorganizou a estrutura vigente, atribuindo à Seção de Orientação Pedagógica a responsabilidade pelo planejamento anual das escolas, pesquisas de campo sobre deficiências do processo de ensino e aprendizagem, pesquisa bibliográfica e compilação, e grupos de estudos sobre temas de relevante interesse para a área pedagógica.

Em 1972, a Seção de Orientação Pedagógica desenvolveu projetos específicos, por área de atuação, destinados a orientar e supervisionar pedagogicamente as escolas municipais. Foi implantada a Semana de Orientação Pedagógica, para planejamento anual e bimestral das atividades pedagógicas e a preparação do pessoal para elaboração de currículos.

Ressalta Vieira (2010) que limitações de diferentes ordens, como a não execução de projetos, sucessivas mudanças de chefia e de responsáveis por setores que não conheciam a situação pedagógica das escolas, além da dificuldade de integração motivada pelo acúmulo de trabalho e da falta de crédito e de atenção aos trabalhos realizados pela Diretoria de Educação, por parte dos professores, impediram que os objetivos da proposta fossem alcançados. Diante desse insucesso, para a oferta de cursos relativos à formação docente no ano de 1973, foram consultados os professores, que manifestaram interesse em cursos sobre ciências físicas e biológicas, criatividade em redação, aplicação da matemática moderna, planejamento, alfabetização, educação sanitária e psicologia infantil (CURITIBA, 1972).

Considerando as experiências vivenciadas na formação docente, até aquele momento, o poder público decidiu rever suas ações, adotando uma “agressiva política educacional” para fazer frente ao “crescimento explosivo que ameaçava sua eficiência e dificultava sua atuação nas áreas de Educação, Saúde e Serviço Social” (CURITIBA, 1974, p. 1).

A classe dominante necessitava dos que realizavam o trabalho do qual resultava a produção de bens materiais e, sendo assim, ao definir as políticas sociais do Município, nelas incluía também, de alguma forma, os interesses das classes subalternas, corroborando as reflexões de Poulantzas (2000). Admitindo-se o atendimento desses interesses, contudo, verificava-se que o que se planejava, em relação à expansão das escolas, não era suficiente para atender às demandas provenientes das camadas populares que migravam para Curitiba, em busca de melhor qualidade de vida com trabalho, saúde e educação.

Tal situação pode bem ser avaliada pela menção seguinte, constante do Relatório Geral de Atividades do Departamento do Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de Curitiba:

Com efeito, ao mesmo tempo em que sua população central, mais estabilizada, vê iniciar-se o processo de transição demográfica que lhe facilitaria o atendimento das necessidades em serviços urbanos, o potencial de atração que representa como capital do Estado e cidade universitária faz com que, nas zonas periféricas, tenham crescimento vertiginoso novos núcleos habitacionais, num processo de explosão demográfica que acentua as dificuldades de um correto e adequado atendimento àquelas necessidades básicas (CURITIBA, 1973, p. 149-150).

A identificação de fatores determinantes do baixo rendimento escolar, em 1974, aliada às sugestões de cursos advindas do corpo docente, motivou a oferta de 12 cursos para treinamento e aperfeiçoamento de professores, somando 218 horas. Esses cursos contaram com 2.089 participantes (CURITIBA, 1974).

Outra providência adotada naquele ano foi a eliminação da figura do professor horista, admitindo-se, por seleção pública, professores

licenciados. Ao final de 1974, foi constatada acentuada redução do percentual de alunos retidos nas primeiras séries (CURITIBA, 1974, p. 1).

Chegava-se ao final da vigência do 1º Plano Educacional que, implantado na gestão do prefeito Omar Sabbag (1967-1971), havia vigorado até o final do primeiro período de gestão do prefeito Jaime Lerner (1971-1975).

A formação de professores no período 1975-1979

As comunidades que eram atendidas pela Rede Municipal de Ensino estavam situadas em zonas periféricas da cidade, nas quais vivia uma população de nível socioeconômico mais baixo. Considerando-se essas características, foi implantado um Currículo único, organizado pelo Departamento de Educação, para todas as Unidades Escolares de Curitiba. Era o 2º Plano Educacional, elaborado em consonância com os dispositivos da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que, em seu artigo 1º, determinava “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971). A organização do 2º Plano partia das seguintes premissas: a criança, como centro e objeto da educação; a escola, como agente específico da educação; a comunidade, como ponto de origem da criança; e a realização da humanidade, como fim da educação (CURITIBA, 1975b, p. 5-6).

Inúmeras dificuldades foram enfrentadas pelos professores no que se referia ao cumprimento dos objetivos definidos pelo 2º Plano (CURITIBA, 1975c). Para minorar essa situação, procurou-se promover maior entrosamento entre os diversos setores e a aceitação da Supervisão Pedagógica por parte dos professores. No entanto, poucas reuniões foram realizadas com os professores, não houve tempo para estudar o 2º Plano Educacional e se despendeu pouco tempo com o atendimento individual aos professores novos, como também ao estudo e à pesquisa (CURITIBA, 1975c), o que contribuiu para aumento das dificuldades.

Com a defasagem crescente entre o crescimento populacional e a oferta de vagas para o ensino de 1º grau, foram adotadas, pela Rede Municipal de Ensino, ações que resultaram na quase duplicação do número de unidades escolares. O processo de urbanização acelerada, característico do capitalismo periférico, determinou a revisão das ações e metas para o ano de 1976. Aumentando o número de escolas, aumentou também o de docentes. Para que fossem asseguradas as grandes linhas propostas, garantindo, ao mesmo tempo, a necessária flexibilidade de atuação e a adaptação de cada escola às condições particulares de cada comunidade, foi editado o Plano Curricular de 1977, que implantou as Diretrizes Curriculares para as Escolas Municipais (CURITIBA, 1977).

Houve investimentos na formação continuada de professores, com oferta de cursos de aperfeiçoamento para professores e estagiários da escola de Educação Física e para recreacionistas, além da oportunidade de setores específicos da Diretoria da Educação participar de eventos como congressos e seminários de âmbito nacional.

Merece destaque, ao final da gestão do Prefeito Saul Raiz, a criação da Divisão de Treinamento Pedagógico, pela Portaria n. 09, de 17 de julho de 1979, que foi encarregada dos trabalhos destinados ao atendimento dos recursos humanos do Município (CURITIBA, 1980b). Tão logo instalada, promoveu, além da participação em encontros e seminários, cursos de pequena duração, encontros, palestras e reuniões, dirigidos tanto à Educação Geral (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Programas de Saúde, Estudos Sociais, Atividades Complementares, Inglês e Educação Artística), como à parte de Formação Especial, que contaram com a participação de docentes do ensino de 1º grau e da educação pré-escolar.

Observe-se que o emprego de termos como “treinamento pedagógico” e “recursos humanos” nos remete à teoria do capital humano de Schultz (1973), segundo a qual a educação era entendida como investimento com o objetivo de desenvolver a capacidade produtiva do homem, adaptada às demandas do capital.

Em 1979, portanto, a Rede Municipal de Ensino de Curitiba buscou consolidar ações que vinham sendo anunciadas em anos anteriores, com repercussão na formação continuada de professores.

A formação de professores no período 1979-1983

Por intermédio da Divisão de Treinamento Pedagógico, em 1980, foram realizados cursos de treinamento e atualização, com o objetivo de atender as necessidades emergentes suscitadas pelo trabalho e pelas propostas das Divisões de Ensino e de Atendimento ao Estudante. Foram oferecidos cursos ao pessoal técnico-administrativo-pedagógico e docente das Unidades Escolares e do Órgão Municipal de Educação, ampliando-se, no mesmo período, as possibilidades de frequência a cursos, seminários e encontros ofertados por outros órgãos. Dos 1.678 professores que atuavam da pré-escola à 4ª série, 1.237 foram treinados, correspondendo a 73% do total. Dos 282 integrantes da administração das Unidades Escolares, todos foram treinados, totalizando 100% (CURITIBA, 1980a).

No ano de 1981, com o objetivo de se conter 90% dos custos inicialmente previstos, deu-se nova sistemática de execução ao Programa Recursos Humanos, integrante do Programa de Trabalho do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Curitiba para o período 1980-1983. Passaram a funcionar como docentes dos cursos de treinamento e atualização os professores que atuavam no próprio Departamento de Educação e nas Unidades Escolares. Para a capacitação que envolvesse assuntos específicos, seriam utilizados convênios com instituições especializadas. Assim, foi possível ofertar 48 cursos, para 2.711 professores. Referindo-se aos resultados obtidos com essa capacitação, consta do Relatório Geral de Atividades do Departamento de Educação que: “[...] podem ser considerados satisfatórios, devendo-se considerar também que o atingimento dos objetivos educacionais ocorre a longo prazo, exigindo reformulações e reajustes, à vista de uma realidade dinâmica que evolui constantemente” (CURITIBA, 1981, p. 11).

Em 1982, foram ministrados 49 cursos, totalizando 1.947 cursistas. Embora ainda persistissem questões a serem solucionadas, vinculadas ao problema quantidade-qualidade, o Departamento de Educação, em seu relatório, mencionava haver realizado “o possível, dentro das limitações de ordem financeira e orçamentária” (CURITIBA, 1982, p. 3). Ao final do segundo mandato do prefeito Jaime Lerner, em 1983, a busca pelo aperfeiçoamento contínuo dos educadores se havia consolidado. A Divisão de Treinamento Pedagógico afirmava ter

conseguido atingir as metas a que se propôs, graças a um trabalho integrado com os demais setores que compõem a Diretoria de Educação, ou seja, Divisão de Ensino e Divisão de Atendimento ao Estudante, cujos elementos atuaram como docentes [...] (CURITIBA, 1983, p. 16).

Também colaboraram como docentes os professores, diretores, orientadores educacionais e supervisores escolares das escolas da Rede Municipal. Foi possível, assim, diante das propostas apresentadas pelas escolas, que traziam como objetivo sanar suas próprias dificuldades, valorizar a competência dos profissionais que já atuavam na educação no município. Docentes externos eram contratados apenas na hipótese de ser necessário tratar de assuntos especializados (CURITIBA, 1983).

Uma dificuldade ainda persistia, na execução do trabalho de formação continuada docente: “a inexistência de local específico para a realização dos cursos” (CURITIBA, 1983, p. 17). Os estabelecimentos de ensino colaboravam com a cessão de salas de aula, contudo imprevistos surgiam para o cumprimento do cronograma estabelecido, em função de horários, número de participantes e disponibilidade nas datas desejadas.

Nos anos seguintes, em especial com a adoção da “Política de Educação da Escola Aberta”, na gestão do prefeito Maurício Fruet (1983-1985), a política de aperfeiçoamento de pessoal teve por objetivo propiciar aos docentes “um repensar permanente da atuação do professor e da qualidade do ensino ministrado” (CURITIBA, 1984a). A Divisão de Treinamento Pedagógico da Diretoria de Educação, que já atuava desde 1979,

ofereceu ao corpo docente inúmeras oportunidades para desenvolvimento pessoal e profissional que resultassem em melhorias no rendimento escolar e no desempenho docente.

A promoção de seminários e encontros com a participação das unidades escolares, a realização de cursos e treinamentos, a formação de grupos de estudo dos profissionais de educação, de reuniões pedagógicas pelas equipes das escolas, bem como o incentivo ao aperfeiçoamento dos professores faziam parte das estratégias para a consecução das diretrizes para a Rede Municipal de Ensino propostas pelo Departamento de Educação para o ano de 1984.

A “Política de Educação da Escola Aberta” se diferenciava dos documentos anteriormente estudados porque não trazia uma proposta curricular, mas procurava indicar uma maneira diferente de se pensar a escola, com um novo papel para o professor. Visava à superação da concepção liberal de educação, adotando uma postura progressista, com a denúncia do autoritarismo e da tecnocracia vigentes no período ditatorial.

A partir dessa mudança de caráter político, foram estimuladas discussões sobre o Currículo Básico de 1984, o que exigiu o estabelecimento de uma política efetiva de formação continuada do corpo docente, operacionalizada pela Divisão de Treinamento Pedagógico da Diretoria de Educação da RME, que vinha atuando desde 1979 e havia permanecido com a mesma denominação. Com a nova proposta, os docentes deveriam poder identificar as contradições emanadas das relações sociais e elaborar um currículo escolar em que as necessidades dos alunos fossem contempladas.

Para suprir as carências dos docentes nesses aspectos, procurou-se facilitar sua participação, mediante a oferta de cursos de forma flexível. Programou-se a realização dos cursos, seminários, encontros e congressos em duas fases distintas: no início do semestre, para todos os professores da Rede Municipal de Ensino; no decorrer do ano letivo, para atender a necessidades específicas.

De acordo com a carga horária trabalhada, os cursos classificavam-se em encontros (menos de 20 horas), treinamento (de 20 a 39 horas), atualização (de 40 a 119 horas), aperfeiçoamento (de 120 a 359

horas) e especialização (mais de 360 horas), conferindo-se certificados ou declarações aos cursistas que apresentassem de 80 a 100% de frequência. Essa participação era considerada, também para a política de promoções na carreira do magistério municipal.

Assim, o número de cursos programados teve crescimento significativo, chegando-se a 3.540 pessoas treinadas, em 1984. Desses cursos, foi elaborado, pela Diretoria de Educação, relatório detalhado, o primeiro documento disponível a respeito da formação continuada docente no Município. Nele estão igualmente relatadas as atividades relativas ao II Seminário Municipal de Alfabetização e ao III Seminário Municipal de Educação, que contaram também com a participação de professores da Universidade Federal do Paraná (CURITIBA, 1984b).

Em suma, se, na gestão do prefeito Jaime Lerner, a formação continuada docente na Rede Municipal de Ensino de Curitiba se consolidou, pode-se considerar que sua expansão ocorreu na gestão do prefeito Maurício Fruet.

Considerações finais

A partir da assunção de suas responsabilidades na área educacional, a Prefeitura Municipal de Curitiba, de forma gradual, dedicou atenção à formação continuada de professores. À medida que iam sendo evidenciadas as necessidades pedagógicas dos docentes, ações eram desenvolvidas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação ofertada.

De início, ainda incipiente, a formação continuada docente era fragmentada na seleção das áreas, não possuindo caráter abrangente e nem trabalhando em função de um perfil de professor que se quisesse formar. Com as experiências adquiridas, no entanto, foi-se estruturando, até o momento em que surgiu a necessidade de possuir um órgão que assumisse a responsabilidade pela formação docente, consubstanciado na Divisão de Treinamento Pedagógico.

Ao considerar a manifestação dos professores, de acordo com suas necessidades, para a definição das áreas de formação, com a garantia de carga horária disponível e de promoções vinculadas à participação, o Município inovou o processo, fortalecendo-o. Concomitantemente, o aproveitamento do próprio pessoal da Rede Municipal para realização do trabalho, trouxe ganho não só econômico, mas também a valorização dos que atuavam na educação municipal. A participação de convidados externos não foi excluída, mas teve avaliada sua efetiva necessidade.

Ficou claro, do estudo realizado, que a formação continuada docente na Rede Municipal de Ensino de Curitiba se consolidou a partir do momento em que se teve clareza de que a promoção da melhoria da qualidade do ensino só seria viável se fosse acompanhada pela valorização do educador como profissional.

Referências

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. p. 6377. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75576>>. Acesso em: 9 out. 2011.

COSTA, V. A. A. Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (1963-1982). **Boletim da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 30, n. 133, mar. 2007.

CURITIBA. **Lei n. 1.127 de 2 de agosto de 1955**. Reorganiza os órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, cria e extingue cargos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/735cd5bfb1a32f34052568fc004f61b8/d6adb00abb87dfbb032569030076bc8a?OpenDocument>>. Acesso em: 14 out. 2011.

CURITIBA. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. **Relatório de 1963-1966**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1966.

CURITIBA. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. **Relatório anual de 1967**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1967.

CURITIBA. **Subsídios para o planejamento da rede escolar de Curitiba**. Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, 1968.

CURITIBA. Relatório do Departamento do Bem Estar Social. **Histórico do Departamento do Bem Estar Social da PMC**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1969a.

CURITIBA. **Relatório da gestão Omar Sabbag 1967/1969**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1969b.

CURITIBA. Departamento do Bem Estar Social. **Relatório anual de 1969 e diretrizes para 1970**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1969c.

CURITIBA. Divisão de Centros Comunitários. Diretoria de Educação. Departamento do Bem Estar Social. **Relatório semestral de atividades da divisão de centros comunitários**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1969d.

CURITIBA. **Relatório da seção de orientação pedagógica - janeiro/julho 1972**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1972. Diretoria de Educação.

CURITIBA. **Relatório do departamento do Bem Estar Social**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1973.

CURITIBA. Departamento do Bem Estar Social. **Relatório de atividades do exercício de 1974**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1974.

CURITIBA. **Educação**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1975a.

CURITIBA. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. **Plano de educação**. Plano curricular. vol. III-A. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1975b.

CURITIBA. Diretoria de Educação. **Relatório final da Supervisão Pedagógica referente ao ano letivo de 1975**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1975c.

CURITIBA. Diretoria de Educação. Departamento do Bem Estar Social. **Plano curricular**: diretrizes curriculares para as escolas municipais. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1977.

CURITIBA. Diretoria de Educação. **Relatório geral de atividades da Diretoria de Educação à vista do Plano de Ação anual**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1980a.

CURITIBA. Departamento de Educação. **Relatório geral de atividades**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1980b.

CURITIBA. Departamento de Educação. **Relatório geral de atividades**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1981.

CURITIBA. Departamento de Educação. **Relatório geral de atividades**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1982.

CURITIBA. Departamento de Educação. **Relatório das atividades**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1983.

CURITIBA. Diretoria de Educação. Departamento de Educação. **Relatório anual de atividades**. Síntese com dados comparativos 1982/1984. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1984a.

CURITIBA. Diretoria de Educação. **Relatório anual de atividades**. Departamento de Educação. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1984b.

CURY, C. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCIA, C. M. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1995.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NEVES, B. V. F. et al. **Caracterização dos planos curriculares de educação da Rede Municipal de Ensino de Curitiba**. Monografia. Curitiba: UFPR, 1988. Mimeo.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, A. M. D. P. **Caminhos e descaminhos na formação continuada de professores**: as políticas públicas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (1963 a 1996). 2010. 341 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

WACHOWICZ, L. A. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 171-181, 2001.

Recebido: 31/10/2011

Received: 10/31/2011

Aprovado: 28/12/2011

Approved: 12/28/2011